

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA**  
**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO (BIRD) E DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO DO BRASIL (2000-2010)**

**VOLUNTÁRIO: MAURÍCIO VIANA DE OLIVEIRA, CNPq**

**MANAUS**

**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA**  
**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATÓRIO FINAL**

**PIB-SA/0075/2011**

**O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO (BIRD) E DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO DO BRASIL (2000-2010)**

**VOLUNTÁRIO: MAURÍCIO VIANA DE OLIVEIRA, CNPq**  
**ORIENTADOR: PROF. DR. SYLVIO MARIO PUGA FERREIRA**

**MANAUS**

**2012**

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo de Pesquisa em Economia Industrial, Internacional e da Tecnologia e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Economia Industrial, Internacional e da Tecnologia e se caracteriza subprojeto do projeto Aglomerações Produtivas, Políticas Públicas e Gestão do Desenvolvimento Regional.

## PREFÁCIO

Desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, crescimento, melhoria e qualidade de vida, índices macroeconômicos favoráveis, investimentos, industrialização, globalização. São sempre tão presentes na rotina acadêmica e profissional esses termos os quais não são apreendidos de forma adequada. As implicações de palavras tão concisas são complexas e requerem uma estrutura de governo firme e rígida.

Alcançar um objetivo: ser desenvolvido. A nação brasileira tem galgado cada vez mais espaço no mercado internacional e no mundo dos negócios, mas por trás de tanto poderio econômico e potencial de recursos naturais existe uma estrutura que ainda precisa ser mais trabalhada e bem controlada, a fim de se chegar ao denominador comum de desenvolvimento socioeconômico. Estabelecer metas e cumpri-las, investir e colher, qualificar-se e gerar lucros maiores com conhecimentos aplicados são fatores exemplificativos do porquê o Brasil tem se tornado esse gigante econômico e político no globalizado e moderno cenário politicoeconômico hodierno.

Trazer à tona a real capacidade do país, a fim de ele se tornar uma cadeia produtiva autossustentável e menos dependente de fatores externos, tendo capacidade de produção interna adequadamente desenvolvida, é algo pelo que o Governo tem lutado cotidianamente.

Certamente, pois, para haver desenvolvimento é necessário investimento massivo. E é neste viés de assistência financeira que o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ingressa no panorama como um grande aliado e parceiro para cooperar no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Concedendo grades volumes de empréstimos ao país e mantendo um rígido controle de metas pré-estabelecidas, o BIRD tem se tornado referência no combate à pobreza,

mortalidade infantil, analfabetismo, infraestrutura, economia e governo, dentre diversos outros setores da sociedade.

É a partir de investimentos como estes que projetos sociais são desenvolvidos, executados, aplicados e continuamente solucionado problemas relacionados a esta matéria que antes não se via tanta evolução.

O Brasil, com grandes parcerias com o Fundo Monetário Internacional e o Grupo Banco Mundial, tem cada vez mais atuado na sociedade de forma plena, com o único objetivo de desenvolver o povo brasileiro e todos os setores a ele envolvidos.

Não é por menos que o Brasil tem se destacado de forma constante e crescente no panorama mundial, sendo reconhecido como uma economia limpa e bem estruturada, que ainda deve modificar muita coisa, mas que já percorreu grandes passos.

O presente trabalho visa a isso. Tecer breves considerações a respeito do que é desenvolvimento socioeconômico, do nascimento do BIRD e de como a assistência deste tem aprimorado setores antes deixados de lado pelo Governo.

É nesse cenário que traçaremos algumas ideias a esse respeito e demonstrar que a atuação do BIRD tem sido de importância meridiana para toda a sociedade brasileira e para o mundo como um todo.

## RESUMO

Os estudos a respeito do desenvolvimento socioeconômico têm sido semeados ao longo de décadas, mas somente tomaram proporções maiores no final do século XX. Com a tese de Adam Smith, a Riqueza das Nações (1776), e Joseph Shumpeter, a Teoria do Desenvolvimento Econômico (1911), trouxeram à tona o conceito de crescimento de produção, acúmulo de riquezas e desenvolvimento econômico nacional. A tendência crescente dos países deixarem a economia se guiar por si só implicou em diversas crises econômicas, causando uma queda da teoria do *laissez-faire* e o ingresso do intervencionismo econômico governamental. Tal atuação do Estado foi fator decisivo para que a economia como um todo se desenvolvesse a patamares elevados, com proteção legal do emprego pelo empresário em épocas de pouca demanda ou crises, investimentos e gastos públicos em diversos setores tornaram a economia mais dinâmica. O BIRD, fruto das várias reuniões de Bretton Woods, foi um órgão idealizado para o fim de desenvolvimento socioeconômico, no qual os países ingressariam com cotas de participação e poderiam tomar empréstimos a longos prazos para cumprirem metas de melhorias contínuas na qualidade de vida do nacional, em setores de economia e governo, redução de pobreza e taxas de analfabetismos, por exemplo. O Brasil, signatário deste órgão internacional, experimentou avanços em diversos setores da sociedade pelo fato de cumprir as metas estabelecidas pelo BIRD e pela Organização das Nações Unidas, e por estar cada vez mais se estruturando para um desenvolvimento socioeconômico ainda mais crescente. É nesse panorama que se insere a assistência do BIRD para auxiliar o país a se tornar uma nação melhor para os brasileiros, um país desenvolvido.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico; BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento; Desenvolvimento socioeconômico brasileiro (2000-2010).

## **LISTA DE SIGLAS**

BRICS – Grupo Econômico formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

G-20 – Grupo Econômico das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

GBM – Grupo Banco Mundial

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

IBRD – International Bank for Reconstruction and Development

EUA – Estados Unidos da América

BIS – Bank of International Settlements

FMI – Fundo Monetário Internacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola

CAS – Country Assistance Strategy

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

SDR – Special Drawing Rights

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Subscrições de capital e poder de voto no BIRD - agosto de 1947, 25



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Compromissos e Desembolsos do BIRD para o Brasil (1990-1999), 27.

Figura 2 – Brasil em resumo (1977-1998), 30.

Figura 3 – Distribuição geográfica, rural e urbana da pobreza e *status* de empregabilidade dos considerados pobres no Brasil, em 1998, 31.

Figura 4 – Taxa de pobreza extrema (linha de indigência do IPEA), percentagens de criança fora da escola e taxa de mortalidade infantil – Brasil de 1990 a 1998, 32.

Figura 5 – Discriminação dos recursos do Banco por objetivo de programa no exercício fiscal de 2001, 33.

Figura 6 – Metas do Desenvolvimento para o Milênio e Progressos no Brasil (2002), 34.

Figura 7 – Brasil em resumo (2008), 35.

Figura 8 – Metas do desenvolvimento para o Milênio (2007), 37.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 12

OBJETIVOS, 15

DESENVOLVIMENTO, 15-38.

01 – Desenvolvimento socioeconômico: breve histórico, conceito e evolução, 15.

02 – o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD): do nascimento do Grupo Banco Mundial (GBM) a um aliado brasileiro, 21.

03 – Brasil (2000-2010): contexto historicossocioeconômico e a assistência do BIRD ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro, 29.

CONCLUSÃO, 39

REFERÊNCIAS, 40

FONTES DOCUMENTAIS, 41

## INTRODUÇÃO

O Brasil ao longo de 511 anos de história econômica revelou uma economia agroexportadora, inicialmente de produtos tropicais e na atualidade de *commodities*. Um país com enorme população e riquezas naturais tem como cenário de futuro novas perspectivas se considerarmos a consolidação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e da camada Pré-Sal, cuja exploração permitirá o ingresso na OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A Globalização da economia tornou o país emergente no século XXI, sendo uma das grandes potências em desenvolvimento, atualmente imprescindível para as grandes negociações internacionais, como o G-20, por exemplo.

Neste contexto histórico e socioeconômico que se insere a participação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) onde o Brasil buscou apoio para reduzir problemas historicamente constituídos como a redução da pobreza, a melhoria da educação com a inclusão digital, e iniciativas de economia sustentável além de infraestrutura adequada, principalmente num momento ímpar em que o Brasil sediará a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

O apoio do BIRD, pois, tem sido de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, estabelecendo patamares na sociedade vistos somente com a colaboração bilateral do país com esta Organização Internacional que preza, acima de tudo, por um mundo melhor.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é uma organização do Grupo Banco Mundial, uma Organização Internacional financiadora do desenvolvimento das nações com uma extrema preocupação com a redução da pobreza, avanço e cobertura a todos os níveis educacionais, crescimento econômico e desenvolvimento em todos os setores da sociedade como um todo. Este objetivo faz parte, também, de uma

uníssona necessidade da comunidade internacional em que os países em desenvolvimento que estejam em um patamar mais elevado se tornem desenvolvidos para que o bem-estar social seja pleno. Desta forma, o desenvolvimento tanto da sociedade quanto da economia é um processo contínuo e de incremento constante de um nível de vida realmente digno e da justa distribuição dos benefícios resultantes das políticas desenvolvimentistas. Portanto, o direito ao desenvolvimento deve ser plenamente estimulado a fim de que todos os indivíduos possam participar das atividades da sociedade, aprimorando os setores que necessitam de reformas, tendo como o maior propulsor o Estado que tem de criar condições favoráveis a isto.

O Brasil, não obstante, seguindo ao que propõe a Resolução n. 41/128, de 4 de dezembro de 1986, da Assembleia Geral da ONU, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, que é, acima de tudo, um corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, vem se destacando neste aspecto, pois tem promovido avanços significativos abrangendo os setores públicos da educação, economia e governo, trabalhando para que mais e mais pessoas saiam da linha de pobreza e tenham um nível de vida melhor. Este empenho está ocorrendo juntamente com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento por meio de empréstimos realizados pelo Brasil para o desenvolvimento socioeconômico do país como um todo.

Portanto, há a necessidade de se pesquisar e ressaltar a atuação do BIRD no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, uma vez que este tem se empenhado em realizar as sugestões estratégicas dos relatórios de assistência, assim como o próprio povo brasileiro tem mudado a percepção a respeito da posição neste desenvolvimento, demonstrados pelos índices macroeconômicos e de desenvolvimento humano a serem explicitados no presente projeto.

O método será o dedutivo-descritivo, utilizando-se de pesquisa e análise de livros, documentos oficiais do Banco Mundial, Governo brasileiro, assim como os artigos que

ressaltem os pontos a serem abordados e levantamento de dados que corroborem com o assunto, a fim de visualizar da melhor forma o cenário de parceria entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Brasil. Serão parâmetros para a análise macroeconômica da evolução socioeconômica brasileira a partir das atuações do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento: a renda *per capita*, o PIB, as taxas de redução de pobreza, analfabetismo e mortalidade infantil, e o alcance dentro do prazo das Metas do Milênio traçadas pela ONU para o Brasil.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro tecendo breves considerações a respeito do conceito e evolução da ideia de desenvolvimento socioeconômico; o segundo comentando como o BIRD surgiu e se tornou um aliado brasileiro; e o terceiro estabelecendo um liame entre o contexto historicosocioeconômico entre o Brasil e a atuação assistencial financeira do BIRD no país.

# **OBJETIVOS**

## **Objetivo Geral**

Analisar a implicação da atuação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento no desenvolvimento socioeconômico do Brasil entre 2000 e 2010.

## **Objetivos Específicos**

1. Contextualizar sociopoliticamente e economicamente o Brasil neste cenário de parceria internacional entre 2000 e 2010;
2. Analisar a atuação do BIRD no Brasil.
3. Discutir as consequências no desenvolvimento socioeconômico do Brasil a partir da atuação do BIRD nas questões pobreza, educação e economia e governo.

# DESENVOLVIMENTO

## 01 – Desenvolvimento socioeconômico: breve histórico, conceito e evolução

A origem de um sistema produtivo amplo e desenvolvido a fim de abastecer de forma conclusiva toda a população e o país em si é uma preocupação antiga das grandes potências e das outrora colônias, mesmo que em um sistema econômico de subdesenvolvimento. Tal assertiva se afez do próprio sistema manufatureiro interno, tendo como base, no regime mercantilista, a retirada de metais preciosos das colônias para as metrópoles com o fim de aumentar as reservas monetárias e, desta forma, enriquecer o fator econômico da nação.

Esse sistema, por si só, teria um fim fatídico, pois não haveria como prosperar da forma como se conduziam as trocas comerciais e o comportamento governamental em relação às econômicas de subdesenvolvimento. Por esta inapropriada forma de agir no cenário econômico – mercantilismo, e visando a uma maior concentração de riquezas e distribuição de renda para um panorama econômico (inicialmente tratado desta forma) mais fortificado e consolidado, François Quesnay (1694-1774), na França, descreveu como a economia realmente funcionava à época e Adam Smith (1723-1790), no Reino Unido, teceu teses a respeito de como uma economia poderia se desenvolver economicamente falando e de como uma nação, de forma apropriada, poderia se enriquecer de forma natural e crescente <sup>1</sup>.

A noção de desenvolvimento, trazida por Adam Smith, explicitou a real situação dos países: como desenvolver a riqueza da nação? O questionamento gerou embates frenéticos no eurocentrismo mercantilista, resolvendo os governos a partir daí a elaborarem novos métodos de aplicação de políticas comerciais, fiscais, econômicas e monetárias, a fim de executar um plano de desenvolvimento econômico para o fim comum de todos: desenvolvimento.

O cerne da questão estaria em aumentar “a proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população” (SOUZA, 1999, pg. 16), o que implicaria em um remanejamento da distribuição dos lucros entre as grandes massas, tais fossem os capitalistas, trabalhadores e arrendatários.

Por outro ângulo, Joseph Shumpeter (1883-1950), em a Teoria do desenvolvimento econômico, de 1911, renova o conhecimento a respeito de crescimento e desenvolvimento, diferenciando as duas teorias. Para o economista alemão, crescimento era um aumento das variáveis e panoramas econômicos apenas em “função da expansão demográfica” (SOUZA, 1999, pg. 16), mas o desenvolvimento se fazia presente com a inclusão de inovação tecnológica na produção industrial, a fim de fazer gerar demasiados lucros para os grandes empresários. Não havendo a inclusão de inovação no fluxo circular os lucros seriam os mesmos auferidos por qualquer empresário e os preços estariam em um patamar de concorrência perfeita <sup>2</sup>.

Ora, não se poderia vislumbrar um mundo desenvolvido economicamente somente em planos teóricos, e, por isso, houve a aplicação dessas teses no meio empírico, fazendo os grandes empresários e os governos terem noção de que havia realmente ocorrida uma mudança na forma de pensar dos capitalistas.

Contudo, os problemas em relação a desenvolvimento econômico surgiram a partir de fluxos anormais econômicos no sistema mundial, no século XIX, havendo disparidade de concentração de renda entre países, surgindo a noção mais específica de países ricos e pobres <sup>3</sup>. Nesse cenário de diferença entre a distribuição de renda traçou-se, pois, uma política a fim de colocar em prática a justiça social de lucros auferidos (teoria que não logrou muito êxito até então). O primeiro problema consistia em como manter os trabalhadores e o nível de produção elevado, mesmo em momentos de flutuações negativas no mercado mundial. O segundo problema se destinava à atuação do Estado na economia: deveria, portanto, o Estado



(governo) agir de modo a controlar a economia? A resposta foi sim. A atuação do Estado na economia passou a ser desenvolvida de forma específica e o governo começou a interagir como ente econômico que é no cenário comercial: investimentos diretos e políticas anticíclicas foram algumas ferramentas utilizadas para frear a demissão em massa de empregados e diminuição de repercussões sociais; levando o desenvolvimento econômico a um novo estágio: o desenvolvimento social atrelado ao desenvolvimento econômico.

É sabido, desta forma, que uma nação não somente se desenvolve por causa de fatores econômicos, mas por fatores sociais também. É nesta seara que o Estado vai atuar de forma plena, agindo de forma a resolver problemas sociais emergidos do capitalismo em crescimento e desenvolvimento. O sistema econômico capitalista começa a absorver o Social a fim de fazer este trabalhar em prol dos objetivos mais primordiais deste: lucros massivos e produção em massa acelerada e crescente, usando-se da inovação tecnológica para um nível cada vez maior de dominação no mundo comercial.

No final dos anos de 1930, a teoria keynesiana fez as nações aplicarem a Contabilidade Nacional, a fim de controlar ainda mais o desenvolvimento socioeconômico dos países, passando a calcular a renda *per capita* das nações e outros indicadores, estabelecendo a relação de desenvolvido e subdesenvolvido em relação a este fator matemático macroeconômico <sup>4</sup>.

Após a II Guerra Mundial, a macroeconomia keynesiana foi aplicada a uma grande parte do mundo, a fim de resolver problemas de curtos e médios prazos, não sendo solução para o desenvolvimento, pois era um fenômeno de longo prazo <sup>5</sup>. Contudo, no Brasil e na América Latina, os países considerados como subdesenvolvidos elaboraram estudos unidos pela “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/1953) e do Grupo Misto BNDES-Cepal (1953-1955), que forneceram elementos para os planos nacionais subsequentes. O relatório da Comissão Mista salientou que o ritmo de crescimento industrial, desde a década de 1940, era

três vezes superior ao da agricultura e que o Brasil já possuía amplo setor de mercado interno, justificando a produção em larga escala”<sup>6</sup>; resultando em uma política de desenvolvimento parecida com a política cepalina de industrialização utilizando ferramentas econômicas viáveis conforme mercado e economia interna, estando o Brasil e México já à frente, pois tinham introduzido a política de substituição de importações com sucesso.

Importante salientar, que a América Latina sofreu para se desligar da *Industrialização Periférica*, termo utilizado pelo Prof. Celso Furtado, no curso ministrado na PUC-SP em 1975:

“Concebo três formas de industrialização periférica:

- (a) Industrialização diretamente ligada à exportação de produtos primários;
- (b) Industrialização diretamente ligada à importações;
- (c) Industrialização diretamente ligada ao mercado local”<sup>7</sup>.

Portanto, a América Latina se movimentou para poder sair desses três vícios de desenvolvimento econômico, gerando estudos econômicos, parcerias com órgãos econômicos regionais, tal como a Cepal, e se impondo como ente econômico para não se submeter de forma absurda aos ditames capitalistas dos países mais desenvolvidos, estando em constante evolução industrial e se sobressaindo em vários aspectos e fatores econômicos, e.g. Brasil tem sido considerado por todos como uma potência econômica e política no cenário internacional, por causa de uma política comercial, fiscal, econômica e monetária firme, controlada e consolidada.

A fim de entender como um desenvolvimento pode ser dado à aplicação de forma íntegra, pois, mister se faz conhecer seu bojo conceitual e, certamente, objetivo ao qual se posta a modificar a sociedade como um todo. O conceito de desenvolvimento socioeconômico, hodiernamente cogitado, é um complexo processo político, econômico e

social e demanda tempo para requisitos mínimos serem considerados estabelecidos no país.

Dito isso, cabível se encontra o posicionamento do Prof. Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca a respeito do conceito de desenvolvimento socioeconômico:

“O desenvolvimento econômico consiste, fundamentalmente, em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou de infraestrutura social, e também em um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica. Evidentemente, o fenômeno do desenvolvimento não se limita ao campo da Economia, mas os elementos econômicos estão no centro desse processo”<sup>8</sup>.

*Ex positis*, a função do progresso econômico e industrial e melhoria do nível de vida da sociedade se fundem a partir de uma ideologia capitalista e social com o fulcro de modernização industrial, produtiva, social e econômica, gerando um desenvolvimento socioeconômico por meio de políticas socioeconômicas, fiscais e monetárias, e lucros massivos auferidos por grandes oligopólios e grupos empresariais, estando o Estado responsável civilmente pela redistribuição de renda e melhoria do próprio sistema econômico vigente.

Conforme o Prof. Celso Furtado, o conceito de desenvolvimento se reveste de uma tridimensionalidade ímpar, coadunando com o supracitado:

“A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos”<sup>9</sup>.

Certamente, o tripé ideológico tecido pelo Prof. Celso Furtado não foge à realidade, pois de fato o nível de produção deve ser aumentado de forma eficaz e crescente, tendo demandas cada vez maiores a fim de geração de lucros massivos para o enriquecimento da massa trabalhadora e da nação; faz-se presente o fator de satisfação das necessidades humanas de forma contundente, trazendo à tona o debate de que um país não somente se desenvolve por recursos monetários, mas pela qualidade de vida de seu povo; e o fomento e alcance de objetivos dos grandes grupos empresariais dominantes na sociedade, que utilizam de forma abrupta e direta os recursos escassos de toda a sociedade.

Verifica-se, desta feita, que mister se faz estabelecer novidades em vários setores de uma sociedade a fim de se alcançar o dito desenvolvimento socioeconômico, que como já traçada em linhas supra, é um problema constante a ser solucionado por todos os setores da nação, não se prendendo somente à Economia ou Governo. É, por isso, necessário investir em todos os setores do povo e fazer com que este siga os anseios dos grupos dominantes e do Governo em si, liderando investimentos em

“educação em geral, e a formação voltada mais especificamente para o mercado de trabalho; infraestrutura de saneamento, comunicações, transporte e energia; administração pública eficiente e voltada para o bem-estar da população; relações sociais caracterizadas por harmonia e justiça; e ambiente econômico favorável aos negócios”<sup>10</sup>.

Meridiano se faz presente o entendimento evoluído de que o desenvolvimento socioeconômico é um conjunto complexo de esforços de todas as áreas de uma sociedade e de políticas acertadas do Governo, investindo e adquirindo investimentos diretos ou indiretos, trazendo novos patamares comerciais para o país, e promovendo a satisfação tanto dos grandes grupos empresariais quanto da própria população a fim de sustentar o sistema

capitalista e continuar numa linha crescente de acumulação de riquezas econômicas, capital humano e fatores sociais como um todo.

## **02 – O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD): do nascimento do Grupo Banco Mundial (GBM) a um aliado brasileiro.**

O GBM, Grupo Banco Mundial, em síntese foi uma estratégia política internacional dos Estados Unidos da América para alcançar ainda mais o seu principal objetivo: dominador politicoeconômico mundial.

Antes do final da II Guerra Mundial, os EUA começaram a tecer ideias a respeito de uma *nova arquitetura econômica internacional* após a declaração de Paz. Tal objetivo era o de mesclar sustentáculos, condições e garantias para que houvesse o livre comércio dos produtos estadunidenses, abertura de mercados estrangeiros ao capital norteamericano e o acesso sem restrições a matérias-primas.

Diante da situação exposta à sociedade internacional, Keynes elaborou um memorando que circulou no Tesouro britânico intitulado Propostas para uma União Monetária Internacional no qual propôs um Banco de Compensações Internacional (hoje, conhecido como BIS) que teria como função centralizar os pagamentos internacionais. Um país poderia adquirir outras Contas de Compensação além da de outros países, mas não poderia utilizá-las senão em transferências para estas, assim as mesmas que estivessem em débito pagariam juros e as que excedessem as suas cotas em mais de 25% ou 50% teriam 5% ou 10%, respectivamente, dessa diferença anual para o Fundo de Reserva <sup>11</sup>.

O Plano Keynes tratava, então, de uma moeda internacional a ser criada, mas apenas para circulação interna do Banco Central Mundial, registrando o que os Bancos Centrais dos

outros países estavam negociando em suas operações, causando, assim, a centralização do mercado de câmbio. A liquidez internacional, ponto discutido temerosamente por todas as partes envolvidas, seria automaticamente re-estabelecida de acordo com a necessidade do comércio internacional sem a intervenção demasiada da organização internacional em pauta para criação. Para isso, propôs a *Clearing Union*, um Banco Central Internacional, que seria o responsável por emitir a nova moeda mundial, gerando para os bancos centrais nacionais *deficits* e *superavits* que seriam ajustados por estes, mantendo a trajetória das economias internas rumo ao pleno emprego, ou seja, mais pessoas teriam condições de poder de compra e com isso todas as economias ganhariam sem a influência majoritária da nova organização internacional.

Harry Dexter White, contrastando o Plano Keynes, concedeu um Fundo de Estabilização e um Banco, e uma unidade de conta – unitas, que seria utilizado “como padrão para estabelecer a cotação das moedas participantes e permitia aumentar a disponibilidade de divisas dos países aderentes” (CAMPOS, 1999, pg. 461). O banco teria a função de organizar e financiar a Agência Internacional de Estabilização de Mercados.

O Plano White, portanto, foi elaborado com base numa instituição de duplo objetivo: o primeiro seria o de promover um fórum de discussões para a sociedade internacional envolvida levando em consideração a pauta de quando e por que estaria necessitando a taxa de câmbio de reajustes para a melhoria de todo o sistema monetário; e a segunda seria o financiamento a curto prazo de maneira que o país não se encontrasse em dificuldades tamanhas a fim de quebrar, tendo um tempo estipulado para elaborar mecanismos internos de controle inflacionário, ajuste da economia nacional e readequação do poder de compra dos consumidores e taxas de juros <sup>13</sup>.

Por isso, pelo motivo de ser o Plano White muito mais simples que o Plano Keynes, foi este aquele aceito em virtude de interesses tanto dos EUA quanto de outros países

emergentes aliados para que pudesse se chegar a um denominador comum a respeito de como se formaria um Banco que teria como objetivo resgatar economias de situações calamitosas ou somente realizar empréstimos para fins de promoção social e desenvolvimento econômico com foco na evolução da economia e sistema monetário internacional.

Mister, pois, faz-se presente a citação de Catherine Gwin pelo Prof. João Márcio Mendes Pereira:

“Em contraste com o Fundo, que foi o resultado da negociação intensa entre os EUA e a Grã-Bretanha, o Banco foi, em grande medida, uma criação americana. Os EUA propuseram o seu desenho básico e conduziram o esforço que lhe deu origem. De 1945 a 1960 os EUA proveram a maior parte da cúpula administrativa e da equipe profissional do Banco, o apoio ativo necessário ao seu pronto crescimento institucional e sua expansão política e, através do mercado norteamericano, a maior parte do capital para empréstimos. O resultado foi uma marca americana forte e duradoura sobre todos os aspectos do Banco, incluindo sua estrutura, direção política geral e suas formas de empréstimo” (GWIN, 1997, apud PEREIRA, 2010, Pg. 97).

A partir dessa nova redefinição da Nova Ordem Econômica Internacional que os EUA se sobressaíram ainda mais como potência hegemônica no cenário políticointernacional estabelecendo vínculos com o mundo todo de forma consolidada e firme por meio de um Banco Mundial. Afinal,

“O resultado final de Bretton Woods materializou e simbolizou a hegemonia norteamericana na reorganização política e econômica internacional do pós-Guerra (Hobsbawm, 1995; Gowan, 2003; Tabb, 2004; Woods, 2006). Produto de uma mudança drástica na estrutura de poder internacional, institucionalizou uma nova ordem monetária baseada no dólar, razão pela qual a política econômica dos

EUA centralizaria a criação de liquidez e forjaria as condições da expansão e da internacionalização do capital estadunidense. Criaram-se organizações financeiras de tipo multilateral que expressavam a desigualdade de poder configurada no sistema internacional. Por outro lado, as provisões do acordo em favor do controle de capitais refletiram a vitória dos *embedded liberals* contra os banqueiros de Wall Street (Helleiner, 1994, p. 50; Block, 1989, p. 89-90)” (apud PEREIRA, 2010, pg. 103-104).

Assim, o BIRD nasceu de uma ideia forjada pelos EUA, que tinha como função primária

“prover garantias e empréstimos para a reconstrução dos países-membros afetados pela guerra. O desenvolvimento figurava lateralmente malgrado o protesto de alguns poucos países periféricos (como México e Venezuela) para que constituísse o objetivo principal (Mason & Asher, 1973, p. 22-23) ou, pelo menos, para que se figurasse no mesmo patamar, como defendeu a delegação mexicana (Kapur et al., 1997, p. 60)” (apud PEREIRA, 2010, pg. 105).

Conforme o Acordo Constitutivo do BIRD, o organismo não tinha competência para ingressar como um ente a competir com outros bancos ou em quaisquer setores que fossem, mas tão somente de estabelecer possibilidades para os integrantes de assumir um crédito a fim de fomentar projetos para o desenvolvimento interno.

Assim, das conclusões havidas em Bretton Woods entre EUA, Reino Unido e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, “coube à última a terceira posição na hierarquia de votos do FMI e no BIRD, apesar dos esforços do Kremlin para conquista a segunda posição (Toussaint, 2006, p. 30)” (apud PEREIRA, 2010, pg. 115). Porém, com a Guerra Fria o esquema implodiu e a URSS não participou mais da estratégia política dos EUA e do Reino Unido.



Segue, pois, a tabela referente às subscrições iniciais dos montantes integralizadores do BIRD, em 1947:

<b>Subscrições de capital e poder de voto no BIRD - agosto de 1947</b>		
<b>Países</b>	<b>Subscrição de capital (milhões de dólares)</b>	<b>Percentual de votos</b>
Estados Unidos	3.175	34,28
Reino Unido	1.300	14,17
China	600	6,68
França	525	5,88
Índia	400	4,55
Canadá	325	3,74
Holanda	275	3,21
Bélgica	225	2,67
Austrália	200	2,41
Itália	180	2,19
Tchecoslováquia	125	1,6
Polônia	125	1,6
Brasil	105	1,39
União Sul-Africana	100	1,34
Dinamarca	68	0,99
México	65	0,96
Noruega	50	0,8
Turquia	43	0,73
Iugoslávia	40	0,7

Egito	40	0,7
Chile	35	0,64
Colômbia	35	0,64
Grécia	25	0,53
Irã	24	0,52
Peru	17,5	0,45
Filipinas	15	0,43
Uruguai	10,5	0,38
Venezuela	10,5	0,38
Luxemburgo	10	0,37
Síria	6,5	0,34
Bolívia	6,5	0,34
Iraque	6	0,33
Líbano	4,5	0,32
Equador	3,2	0,3
Etiópia	3,2	0,3
Costa Rica	3	0,29
Guatemala	3	0,29
República Dominicana	3	0,29
El Salvador	1	0,28
Honduras	1	0,28
Islândia	1	0,28
Nicarágua	0,8	0,28
Paraguai	0,8	0,28
Panamá	0,2	0,27

Tabela 1 - Subscrições de capital e poder de voto no BIRD - agosto de 1947

Fonte: (Banco Mundial, 1947, apud PEREIRA, 2010, pg. 116-117).

Nota-se, pelo exposto, que os EUA e o Reino Unido juntos detinham 48,3% dos votos no BIRD e somados aos 11 países mais industrializados, à época, alcançavam 71,4% do total, demonstrando a soberania dos EUA ao redor do mundo.

O Brasil ingressou com 105 milhões de dólares, detendo somente 1,39 no percentual de votos.

A partir daí, com a consolidação do BIRD e desenvolvimento da sua própria estrutura organizacional e função primordial, houve um grande avanço para os setores econômicos e sociais dos países signatários, tal seja, o mais importante: conseguir empréstimo para financiar projetos sociais e alavancar indicadores econômicos e sociais para desenvolvimento do país.

**Table 7: IBRD Commitments And Disbursements**

<i>Fiscal Year</i>	<i>Loans (#)</i>	<i>Loans (US\$B)</i>	<i>Disbursements (US\$M)</i>
90	9	1.40	968
91	5	0.95	822
92	9	0.80	621
93	8	0.72	550
94	10	1.15	438
95	8	0.55	881
96	7	0.93	1,100
97	13	1.01	1,561
98	15	1.62	1,284
99*	8/6	1.68/0.68	1,930/930

\* The first figure includes emergency SECALs of US\$1.0 billion

Figura 1 – Compromissos e Desembolsos do BIRD para o Brasil (1990-1999).

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil. Annex I: IBRD Portfolio Performance. Table 7. 6 de março de 2000. Pg. I

O Brasil, desta forma, tem se valido do aliado que o BIRD se tornou, desembolsando montantes vultosos para conseguir executar e finalizar projetos sociais e econômicos e, também, reformas administrativas, sociais e econômicas.

Exemplo de como o BIRD tem trabalhado juntamente com o Governo brasileiro foi o investimento de US\$1,3 bilhões no projeto FUNDESCOLA, em 1997/98 (Banco Mundial, CAS 2000, pg. 22), US\$1 bilhão em pacote especial de ajuste para a Seguridade Social, em 1999 (Banco Mundial, CAS 2000, pg. 23), US\$500 milhões para reforma administrativa, em 2000 (Banco Mundial, CAS 2000, pg. 23), US\$ 500 milhões para a reforma da Seguridade Social, em 2000 (Banco Mundial, CAS 2000, pg. 23); tendo o país somente 6 empréstimos *out* dos 54, à época, mantendo uma posição de respeito junto ao organismo internacional com uma qualidade de portfolio alta. Outro exemplo, que abrange a região amazônica, foi o investimento de US\$340 milhões para o Projeto Piloto da Floresta Tropical (Banco Mundial, CAS 2000, pg. 39), sendo que desse montante, US\$14 milhões foram destinados para a reforma da infraestrutura do Museu Emilio Goeldi, de Belém/PA, e INPA/Manaus, e projetos científicos.

Continuando com a parceria, o BIRD para o período de 2000-2002 traçou empréstimos de até US\$5 bilhões (Banco Mundial, CAS 2000, pg. 41), sendo US\$3 bilhões para investimentos, US\$2 bilhões para ajustes regulares e um pacote especial para ajustes de US\$1,5bilhões.

Conforme a tabela 2 fica notório que o BIRD tem sido parceiro para que o Brasil pudesse aumentar índices econômicos e manter outros, emprestando recursos financeiros para que o país possa desenvolver de forma plena e qualitativamente crescente.

### **03 – Brasil (2000-2010): Contexto historicossocioeconômico e a assistência do BIRD ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro.**

Na virada do milênio, o Brasil se torna um grande potencial para o século XXI, tendo em meados de 1998-1999 impressionantes avanços na economia e em programas de Reforma Social, e.g. programa acelerado de privatização, fortalecimento e modernização do setor bancário e melhoria contínua da educação.

Com os distúrbios na economia internacional, as políticas aplicadas e o controle rígido fiscal, protegendo os gastos sociais mais importantes mantiveram o país em desenvolvimento a fim de não gerar perturbações em setores essenciais da sociedade.

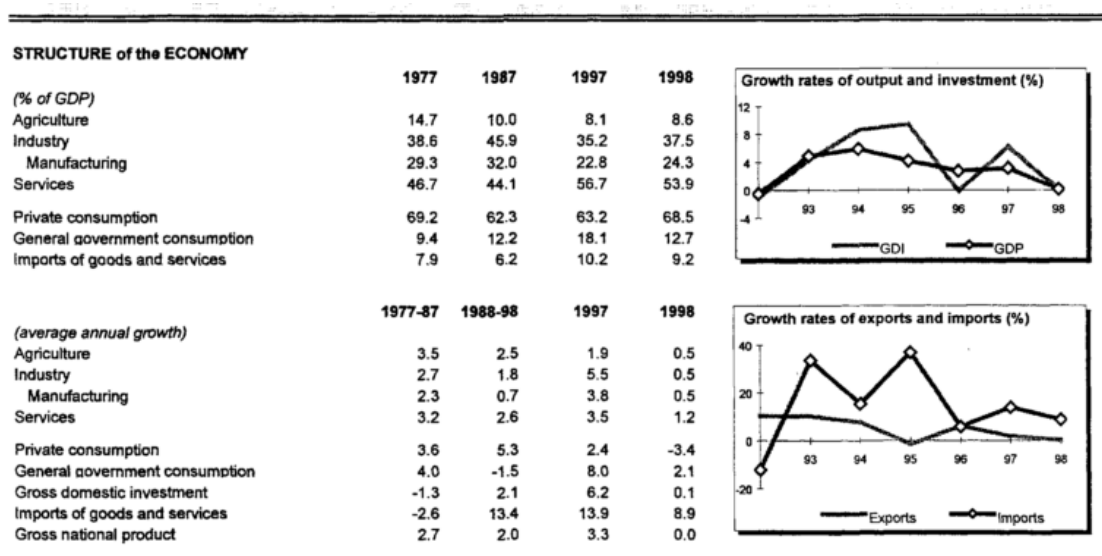
O País provou que tem uma economia estável e robusta capaz de suportar os impactos de fluxos anormais constantes do comércio internacional, e com um crescimento e a redução da pobreza entrou em um novo patamar de desenvolvimento socioeconômico.

Contudo, mesmo com os avanços obtidos em setores estratégicos e a economia a todo vapor, ainda há a necessidade de uma efetiva atuação das instituições públicas para que a pobreza tenha porcentagens ainda menores, tendo como solução políticas sociais mais presentes em comunidades não alcançadas e programas sociais urbanos mais aplicados e controlados.

Tal patamar ótimo alcançado pelo Brasil nesse período foi decorrente de um ambiente econômico propício e de uma atuação governamental mais rígida com uma política monetária enxuta, mesmo com uma contração no PIB de 1999 para somente 4%, fazendo-se necessária uma Reforma Fiscal e microeconômica a fim de alcançar setores ainda atingidos pelas perturbações na economia internacional com o propósito de desenvolver ainda mais todos os

setores da nação.

O Plano Plurianual de 2000-2003, chamado de Avançar Brasil, traçou investimentos na base R\$186 bilhões para infraestrutura, R\$113 bilhões para desenvolvimento social, R\$16 bilhões para meio ambiente e R\$2 para informação e conhecimento (Banco Mundial, CAS 2000, pg. 3).



Note: 1998 data are preliminary estimates.

\* The diamonds show four key indicators in the country (in bold) compared with its income-group average. If data are missing, the diamond will be incomplete.

Figura 2 – Brasil em resumo (1977-1998).

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil. Annex A2: Brazil at a glance. 6 de março de 2000. Pg. XLVI.

**Table 1: Geographical Distribution of the Poor in Brazil, 1998**

<i>Region</i>	<i>Percentage Of Population Who are Poor</i>	<i>Distribution of Poor In Brazil</i>
North-East	47.8%	62.7%
South-East	8.8%	17.3%
South	12.4%	9.0%
North	30.7%	6.7%
Center-West	13.7%	4.3%
Total	22.0%	100%

**Table 2: Urban/Rural Distribution of the Poor in Brazil, 1998**

<i>Urban-Rural Areas</i>	<i>Percentage Of Population Who are Poor</i>	<i>Distribution of Poor In Brazil</i>
Rural Areas	51.3%	51.7%
Non-Metropolitan Urban	17.1%	38.3%
Metropolitan Areas	7.8%	10.0%
Total	22.0%	100%

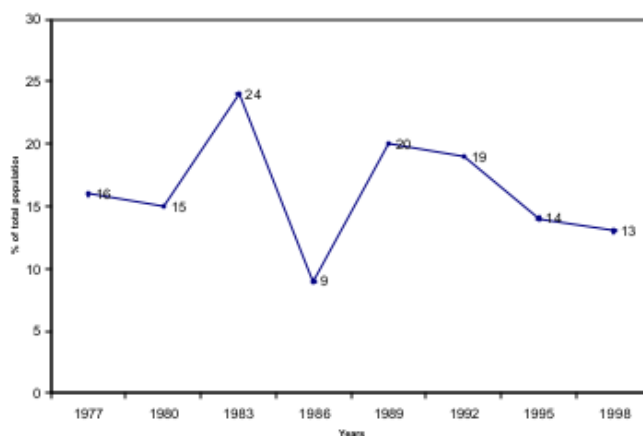
**Table 3: Employment Status of the Poor in Brazil (Heads of Household), 1998**

<i>Employment Status (main categories only)</i>	<i>Percentage Of Population Who are Poor</i>	<i>Distribution of Poor In Brazil</i>
Self Employed	31.0%	42.6%
Informal Employee	36.7%	21.8%
Formal Employee	10.4%	11.9%
Inactive	15.6%	8.6%
Unemployed	42.2%	6.1%
Unpaid	35.4%	2.6%
Public Employee	13.4%	5.2%
Total	22.0%	100%

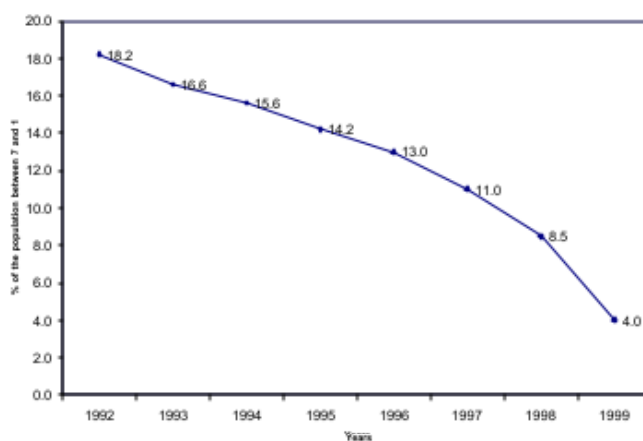
Figura 3 – Distribuição geográfica, rural e urbana da pobreza e *status* de empregabilidade dos considerados pobres no Brasil, em 1998.

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil. Table 1: Geographical distribution of the poor in Brazil (1998); Table 2: Urban/Rural distribution of the poor in Brazil (1998); Table 3: Employment status of the poor in Brazil (1998). 6 de março de 2000. Pg. 2.

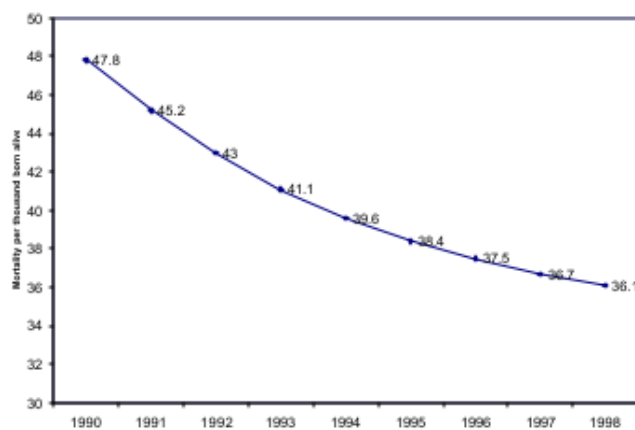
**Figura 1: Taxa de pobreza extrema (linha de indigência do IPEA)**



**Figura 2: Percentagem de crianças fora da escola**



**Figura 3: Taxa de mortalidade infantil - Brasil 1990-1998**



Fonte: Governo do Brasil. As definições e alguns indicadores diferem dos utilizados pelo Banco Mundial.



Figura 4 – Taxa de pobreza extrema (linha de indigência do IPEA), percentagens de criança fora da escola e taxa de mortalidade infantil – Brasil de 1990 a 1998.

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. Memorando do Presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional aos diretores executivos sobre o Relatório de progresso da estratégia de assistência ao país para a República Federativa do Brasil. Tabela 1: Taxa de pobreza extrema (linha de indigência do IPEA). Tabela 2: Percentagens de criança fora da escola. Tabela 3: Taxa de Mortalidade Infantil. 01 de maio de 2011. Pg. 06.

**Figura 5: Discriminação dos recursos do Banco por objetivo de programa no exercício fiscal de 2001**

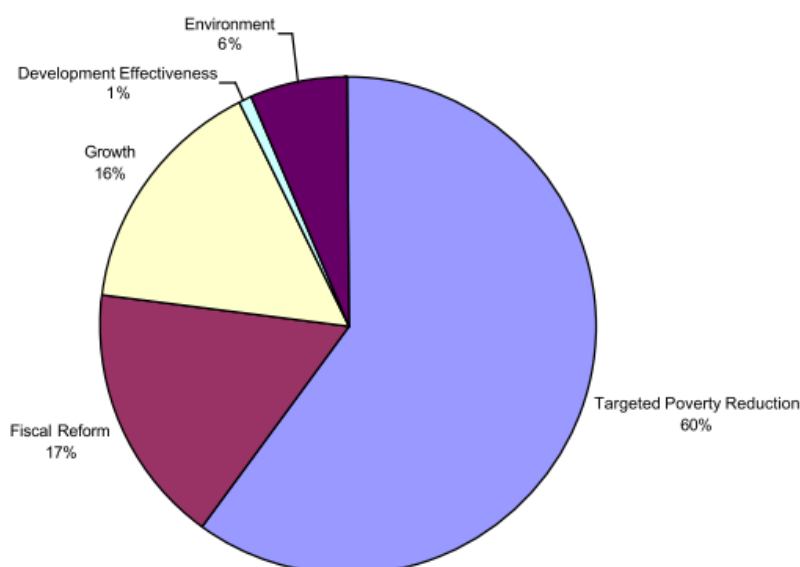


Figura 5 – Discriminação dos recursos do Banco por objetivo de programa no exercício fiscal de 2001.

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. Memorando do Presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional aos diretores executivos sobre o Relatório de progresso da estratégia de assistência ao país para a República Federativa do Brasil. Figura 5: Discriminação dos recursos do Banco por objetivo de programa no exercício fiscal de 2001. 01 de maio de 2001. Pg. 15.

Nos anos 2000, o Brasil já demonstrou força e gestão de Governo. Em 2000, houve a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); em 2001, foi aprovada a Lei das Sociedades Anônimas, modernização das leis trabalhistas e uma retirada de SDR 3,7 bilhões

de um novo acordo *Stand-by* com o FMI por um prazo de 15 meses, a fim de dar mais estabilidade econômica ao país em situação de crise; em 2002, houve o início da Reforma Tributária e uma administração satisfatória na crise energética.

**Tabela 1: Metas do Desenvolvimento para o Milênio e Progressos no Brasil**

<b>Metas do Desenvolvimento para o Milênio</b>	<b>Os Progressos Recentes no Brasil</b>
<b>Meta 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome</b>	A taxa de pobreza extrema do Brasil (usando-se a linha de indigência do IPEA, que se situa entre as linhas internacionais de pobreza, de US\$ 1 a US\$ 2 por dia, e é diferente da linha de pobreza empregada em recentes relatórios do Banco) caiu de 21,3 %, em 1990, para 14,4 %, em 1999.
<b>Meta 2. Atingir a educação primária universal.</b>	O percentual de crianças fora da escola no Brasil caiu de 18,2%, em 1992, para 5,1 %, em 2000. A taxa prevista de conclusão, para o ciclo fundamental, elevou-se de 51,9 %, em 1995, para 61,1 %, em 1999.
<b>Meta 3. Promover a igualdade dos gêneros e "empoderar" as mulheres</b>	No Brasil, as mulheres são de modo geral melhor educadas que os homens. A educação média das mulheres corresponde a 5,4 anos, em comparação a 5,2 anos, dos homens.
<b>Meta 4. Reduzir a mortalidade infantil.</b>	A mortalidade infantil caiu de 47,8 por mil, em 1990, para 29,6 por mil, em 2000.
<b>Meta 5. Melhorar a saúde materna.</b>	Durante a última década, cresceu rapidamente o número de exames pré-natais realizados pelo sistema público de saúde, e de consultas médicas ginecológicas
<b>Meta 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.</b>	O Brasil está implementando um programa inovador e bem sucedido de prevenção do HIV/AIDS. A taxa de utilização de contraceptivos no Brasil elevou-se de 66%, em 1986, para 77%, em 1996.
<b>Meta 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental</b>	Com o apoio do Banco, ocorrem melhorias no gerenciamento ambiental em várias áreas.

Figura 6 – Metas do Desenvolvimento para o Milênio e Progressos no Brasil (2002).

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. Memorando do Presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional aos diretores executivos sobre o Relatório de progresso da estratégia de assistência ao país para a República Federativa do Brasil. Tabela 1: Metas do Desenvolvimento para o Milênio e Progressos no Brasil. 20 de maio de 2002. Pg. 05.

Mesmo com um cenário competitivo internacional e a crise econômica internacional de 2008, o Brasil conseguiu se manter firme com uma economia robusta e quase inabalada por fatores externos, que é decorrente de uma política fiscal, monetária e econômica rígida e

controlada, e uma demanda de consumo crescente, trazendo pessoas da baixa renda para Classe média, por causa de programas sociais intensos e economia em voga para investimentos e abertura de empregos constantes com qualificação de mão de obra alavancando os diversos setores com políticas macroeconômicas anticíclicas.

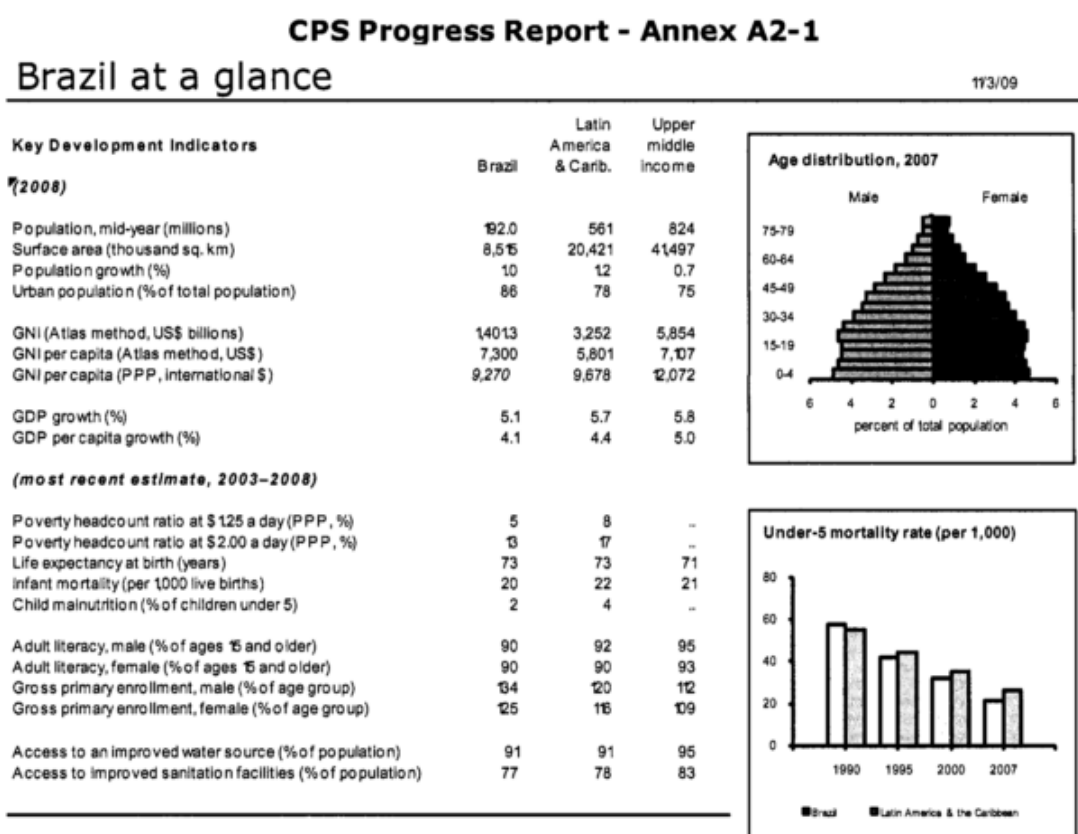


Figura 7 – Brasil em resumo (2008).

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil. Annex A2-1: Brazil at a glance. 11 de março de 2010. Pg. 21.

## CPS Progress Report - Annex A2-1

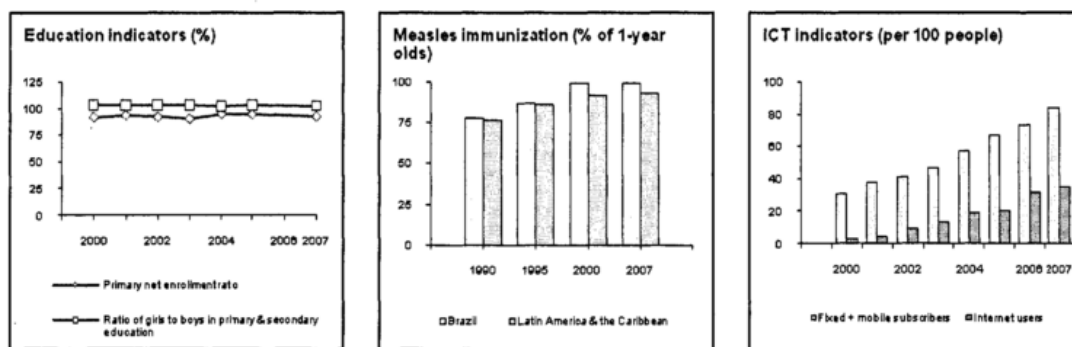
### Millennium Development Goals

Brazil

*With selected targets to achieve between 1990 and 2015*

*(estimate closest to date shown, +/- 2 years)*

	Brazil			
	1990	1995	2000	2007
<b>Goal 1: halve the rates for extreme poverty and malnutrition</b>				
Poverty headcount ratio at \$1.25 a day (PPP, % of population)	15.5	12.0	11.0	5.2
Poverty headcount ratio at national poverty line (% of population)	..	..	22.0	21.5
Share of income or consumption to the poorest quintile (%)	2.4	2.6	2.7	3.0
Prevalence of malnutrition (% of children under 5)	..	4.5	..	2.2
<b>Goal 2: ensure that children are able to complete primary schooling</b>				
Primary school enrollment (net, %)	..	..	92	93
Primary completion rate (% of relevant age group)	..	90	108	106
Secondary school enrollment (gross, %)	54	64	104	105
Youth literacy rate (% of people ages 15-24)	90	91	93	..
<b>Goal 3: eliminate gender disparity in education and empower women</b>				
Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%)	..	..	103	103
Women employed in the nonagricultural sector (% of nonagricultural employment)	35	39	40	..
Proportion of seats held by women in national parliament (%)	5	7	6	9
<b>Goal 4: reduce under-5 mortality by two-thirds</b>				
Under-5 mortality rate (per 1,000)	58	42	32	22
Infant mortality rate (per 1,000 live births)	49	37	28	20
Measles immunization (proportion of one-year olds immunized, %)	78	87	99	99
<b>Goal 5: reduce maternal mortality by three-fourths</b>				
Maternal mortality ratio (modeled estimate, per 100,000 live births)	..	..	..	110
Births attended by skilled health staff (% of total)	72	88	96	97
Contraceptive prevalence (% of women ages 15-49)	59	77	..	..
<b>Goal 6: halt and begin to reverse the spread of HIV/AIDS and other major diseases</b>				
Prevalence of HIV (% of population ages 15-49)	0.4	0.6	0.6	0.6
Incidence of tuberculosis (per 100,000 people)	84	71	60	48
Tuberculosis cases detected under DOTS (%)	..	..	7	69
<b>Goal 7: halve the proportion of people without sustainable access to basic needs</b>				
Access to an improved water source (% of population)	83	86	89	91
Access to improved sanitation facilities (% of population)	71	73	74	77
Forest area (% of total land area)	61.5	59.9	58.3	56.5
Nationally protected areas (% of total land area)	..	..	..	17.9
CO2 emissions (metric tons per capita)	1.4	1.5	1.8	1.7
GDP per unit of energy use (constant 2005 PPP \$ per kg of oil equivalent)	7.7	7.8	7.3	7.3
<b>Goal 8: develop a global partnership for development</b>				
Telephone mainlines (per 100 people)	6.3	8.2	17.8	20.6
Mobile phone subscribers (per 100 people)	0.0	0.8	13.3	63.1
Internet users (per 100 people)	0.0	0.1	2.9	35.2
Personal computers (per 100 people)	0.3	1.7	4.9	16.1



Note: Figures in *italics* are for years other than those specified. .. indicates data are not available.

11/3/09

Development Economics, Development Data Group (DECDG).

Figura 8 – Metas do desenvolvimento para o Milênio (2007).

Fonte: Grupo Banco Mundial – GBM. International Bank for Reconstruction and Development and International Finance Corporation Country Partnership Strategy Progress report for the Federative Republic of Brazil. Millennium Development Goals: Annex A2-1. 06 de março de 2010. Pg. 25-26.

Para o triênio 2008-2011, o BIRD liberará US\$6,99 bilhões para os programas sociais e econômicos, reformas, economia e governo, educação, redução da pobreza, dentre outros tantos setores da sociedade, levando o país a um patamar nunca antes conquistado na história nacional.

É conclusivo, pois, que o BIRD tem sido de suma importância para o Brasil, fazendo-o evoluir, crescer e se desenvolver socioeconomicamente de forma plena e contínua, elaborando metas e desembolsando assistências técnicas e financeiras para os devidos fins dos Relatórios do Grupo Banco Mundial.

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento socioeconômico, conceito amplamente difundido na sociedade moderna que hoje se postula a discutir mais a fundo o tema, está presente em todos os setores, devendo o indivíduo, a empresa, o governo e outros agentes econômicos estarem interligados para a melhoria contínua na qualidade de vida do trabalhador e de qualquer indivíduo, projetar melhorias na produção, gerar lucros massivos saudáveis sem a subutilização da mão de obra, conceber programas sociais de inclusão e avanços na tecnologia e infraestrutura das cidades e setores de serviços, e elaborar medidas duradouras deste desenvolvimento, pois o fluxo deve ser constante e evolutivo.

Denota-se, portanto, da experiência científica em relação ao tema proposto que o BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento tem tido uma postura firme e rígida em relação aos trabalhos técnicos desenvolvidos, às cobranças de empréstimos *outs* (fora do prazo) e à visibilidade nacional real em relação aos diversos setores da economia e da sociedade brasileira.

O organismo internacional tem dado suporte financeiro dentro dos limites expostos em cada Relatório e tem, obrigatoriamente, feito as apurações de todos os investimentos utilizados pelo governo brasileiro e em como esse financiamento externo tem auxiliado no desenvolvimento socioeconômico da nação.

*Ex positis*, a atuação do BIRD no desenvolvimento socioeconômico brasileiro tem sido de importância ímpar e tem se alargado e estreitado cada vez mais, pois ambas as partes estão como um único foco: melhorar ainda mais a vida do povo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- 1 – SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. Pg. 16.
- 2 – SOUZA, Nali de Jesus de. Op. Cit. Pg. 16.
- 3 – SOUZA, Nali de Jesus de. Op. Cit. Pg. 17.
- 4 – SOUZA, Nali de Jesus de. Op. Cit. Pg. 17.
- 5 – SOUZA, Nali de Jesus de. Op. Cit. Pgs. 18-19.
- 6 – SOUZA, Nali de Jesus de. Op. cit. Pg. 19.
- 7 – FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto. Pg. 163. Vol. 02. Arquivos de Celso Furtado.
- 8 – FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. *Planejamento e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006. Pg. 4.
- 9 – FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: Enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. Pg. 16.
- 10 – FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. Op. Cit. Pg. 219.
- 11 – CAMPOS, João Mota de (coord.). *Organizações Internacionais: Teoria Geral; Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. Pg. 459.
- 12 – CARVALHO, Fernando J. C. de. *Bretton Woods aos 60 anos*. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton\\_woods\\_aos\\_60\\_anos.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf)>.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

**Grupo Banco Mundial – GBM.** Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil. 6 de março de 2000.

**Grupo Banco Mundial – GBM.** Memorando do Presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional aos diretores executivos sobre o Relatório de progresso da estratégia de assistência ao país para a República Federativa do Brasil. 01 de maio de 2001.

**Grupo Banco Mundial – GBM.** Memorando do Presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional aos diretores executivos sobre o Relatório de progresso da estratégia de assistência ao país para a República Federativa do Brasil. 20 de maio de 2002.

**Grupo Banco Mundial – GBM.** Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil. 11 de março de 2010.

**Grupo Banco Mundial – GBM.** Memorando do Presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional aos diretores executivos sobre o Relatório de progresso da estratégia de assistência ao país para a República Federativa do Brasil. 01 de maio de 2011.